

## PEDAGOGIAS DA PERFORMANCE E DA TRANSPARÊNCIA: SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL, EXAUSTÃO PSÍQUICA E EMPOBRECIMENTO EXISTENCIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Marco Aurélio da Silva<sup>164</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa criticamente a consolidação de uma pedagogia implícita da performance e da transparência na educação contemporânea, compreendida como um dispositivo difuso de governo das subjetividades. Articulando contribuições da filosofia e da sociologia críticas — especialmente Michel Foucault, Byung-Chul Han, Christophe Dejours, Hartmut Rosa e a tradição marxista —, argumenta-se que tal pedagogia opera por meio da interiorização de imperativos de desempenho, visibilidade e autorresponsabilização, deslocando a educação do campo da formação crítica para o da otimização subjetiva. Sustenta-se que esse processo produz efeitos estruturais de exaustão psíquica, sofrimento social e empobrecimento existencial, comprometendo a experiência formativa e a função emancipatória da educação. Ao final, defende-se a necessidade de um horizonte contra-hegemônico, capaz de reinscrever a educação como prática ética, política e formativa, orientada pela experiência, pela ressonância e pela crítica às racionalidades neoliberais.

**Palavras-chave:** educação; performance; subjetivação; neoliberalismo; formação.

**Abstract:** This article critically examines the consolidation of an implicit pedagogy of performance and transparency in contemporary education, understood as a diffuse dispositif for governing subjectivities. Drawing on contributions from critical philosophy and sociology — particularly Michel Foucault, Byung-Chul Han, Christophe Dejours, Hartmut Rosa, and Marxist theory — it argues that this pedagogy operates through the internalization of imperatives of performance, visibility, and self-responsibility, shifting education from the domain of critical formation to that of subjective optimization. The article contends that this process produces structural effects of psychic exhaustion, social suffering, and existential impoverishment, undermining the formative experience and the emancipatory function of

---

<sup>164</sup> Doutor em Extensão Rural - UFSM; Mestre em Ciências Sociais - UFSM; Mestre em Educação – UNISC. E-mail: [marcoaurelio22000@gmail.com](mailto:marcoaurelio22000@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>.

education. Finally, it advocates for a counter-hegemonic horizon capable of re-inscribing education as an ethical, political, and formative practice oriented toward experience, resonance, and critique of neoliberal rationalities.

**Keywords:** education; performance; subjectivation; neoliberalism; formation.

## Introdução

Este artigo parte da compreensão de que a educação contemporânea é atravessada por pedagogias que não se apresentam como projetos explícitos ou doutrinas normativas formalizadas, mas que operam de maneira difusa, capilar e profundamente eficaz na produção de subjetividades. A noção de *pedagogia implícita* é aqui mobilizada como categoria analítica crítica, referindo-se ao conjunto de racionalidades, dispositivos e práticas que estruturam modos de ensinar, aprender e avaliar para além dos currículos oficiais. Trata-se de pedagogias silenciosas, naturalizadas, que configuram o campo educativo como espaço privilegiado de governo das condutas e de normalização dos modos de existência.

Nas últimas décadas, o campo educacional tem sido atravessado por transformações estruturais que não podem ser plenamente compreendidas apenas a partir de reformas curriculares, marcos legais ou políticas institucionais explícitas. Trata-se, antes, da consolidação de uma racionalidade pedagógica difusa, transversal e capilar, que opera de modo silencioso, porém profundamente eficaz, na conformação das práticas educativas e das subjetividades nelas produzidas. Essa racionalidade não se impõe como doutrina normativa formal, mas como um conjunto de pressupostos naturalizados que orientam modos de ensinar, aprender, avaliar e existir no interior das instituições educacionais.

É nesse contexto que se pode identificar a emergência do que aqui se denomina pedagogia implícita da performance e da transparência. Tal pedagogia não se apresenta como projeto pedagógico deliberado, mas como uma gramática normativa que atravessa discursos, dispositivos e práticas, interpelando o sujeito educativo a mostrar-se continuamente, a tornar-se visível, mensurável e comparável. O processo educativo passa, assim, a ser orientado por imperativos de desempenho, autoavaliação permanente e otimização contínua, nos quais a formação se confunde progressivamente com gestão de resultados.

Nessa configuração, o sujeito educativo deixa de ser compreendido prioritariamente como um ser em formação, atravessado por tempos de elaboração, conflito e indeterminação, para ser concebido como um projeto em constante aperfeiçoamento. A própria existência torna-se objeto de cálculo, investimento e avaliação, em um movimento no qual aprender significa acumular competências demonstráveis e converter experiências em indicadores de desempenho. A educação, desse modo, passa a operar como instância privilegiada de produção de sujeitos ajustados à lógica da eficiência e da competitividade.

A especificidade dessa pedagogia reside no fato de que ela não se impõe por meio da coerção direta, mas pela interiorização de normas que se apresentam como escolhas livres e racionais. O sujeito é convocado a responsabilizar-se integralmente por seu sucesso ou fracasso, naturalizando desigualdades estruturais e deslocando as contradições sociais para o plano da performance individual. Tal deslocamento contribui para a despolitização da experiência educativa, ao mesmo tempo em que intensifica processos de culpabilização subjetiva.

Essa pedagogia implícita encontra terreno fértil na expansão dos dispositivos digitais, das plataformas educacionais e das tecnologias de monitoramento e avaliação. Sistemas de métricas, rankings, portfólios, dashboards e indicadores de desempenho passam a organizar a experiência educativa, instaurando um regime de visibilidade permanente. O que não pode ser mensurado tende a perder legitimidade, enquanto a aprendizagem é reduzida àquilo que pode ser exibido, comparado e certificado.

Ao operar como atmosfera normativa, a pedagogia da performance e da transparência reconfigura profundamente o sentido da educação. O horizonte da formação crítica, da reflexão ética e da ampliação da experiência humana cede lugar a uma racionalidade produtivista, na qual o valor do sujeito é medido por sua capacidade de performar, adaptar-se e demonstrar utilidade social. Nesse processo, a educação corre o risco de tornar-se um espaço de reprodução ampliada da lógica econômica dominante. Os efeitos dessa racionalidade não se limitam ao plano institucional, mas incidem diretamente sobre a constituição psíquica e existencial dos sujeitos educativos. A exigência de exposição contínua e de autossuperação permanente engendra formas específicas de sofrimento, marcadas pela exaustão, pela ansiedade e pela sensação crônica de insuficiência. O sujeito é convocado a produzir incessantemente a si mesmo, sem jamais alcançar um ponto de reconhecimento ou estabilidade.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar criticamente a pedagogia implícita da performance e da transparência, articulando contribuições da filosofia e da

sociologia crítica. Busca-se evidenciar seus fundamentos teóricos, seus mecanismos de operação e seus efeitos sobre a subjetividade, o trabalho educativo e a experiência existencial, problematizando os limites dessa racionalidade e apontando para a necessidade de reconfigurar o sentido político, ético e formativo da educação contemporânea.

### **Performance, transparência e racionalidade neoliberal**

A análise da performance e da transparência neste artigo não se restringe à descrição de práticas avaliativas ou tecnológicas, mas inscreve-se em uma crítica mais ampla à racionalidade neoliberal enquanto forma histórica de governo das condutas. Performance e transparência são aqui compreendidas como princípios normativos que organizam não apenas os sistemas educacionais, mas os modos contemporâneos de subjetivação, articulando exigências de visibilidade, eficiência e autorresponsabilização. Nesse sentido, tais categorias operam como tecnologias de poder que produzem sujeitos ajustados à lógica da concorrência, da otimização permanente e da valorização de si como capital.

A noção de performance, no contexto contemporâneo, ultrapassa em muito a ideia restrita de desempenho mensurável ou eficiência técnica. Trata-se de um princípio normativo que estrutura modos de vida, formas de subjetivação e critérios de reconhecimento social. A performance converte-se em valor em si mesma, orientando práticas sociais e educacionais a partir da exigência constante de superação, produtividade e visibilidade, independentemente dos custos humanos implicados nesse processo.

Byung-Chul Han (2015) descreve esse cenário como característico da sociedade do desempenho, na qual o sujeito deixa de ser disciplinado por instâncias externas de autoridade e passa a explorar-se voluntariamente em nome da liberdade, da autonomia e da autorrealização. A coerção cede lugar à autoexploração, mais eficiente e menos visível, pois se apresenta como escolha individual. O sujeito torna-se simultaneamente explorador e explorado de si mesmo.

No campo educacional, essa lógica se traduz na internalização de imperativos de excelência, produtividade acadêmica e aprendizagem contínua, que passam a organizar trajetórias formativas e profissionais. Estudantes e professores são convocados a demonstrar permanentemente seu valor por meio de performances públicas, métricas de rendimento e evidências quantificáveis. A educação deixa de ser espaço de experimentação crítica para tornar-se vitrine de competências.

A transparência emerge como valor central nesse processo. Tudo deve ser visível, acessível, rastreável e comparável. Conforme analisa Han (2017), a ideologia da transparência elimina a negatividade, a opacidade e o tempo da elaboração subjetiva, instaurando um regime de exposição contínua. O que não pode ser mostrado ou comunicado tende a ser deslegitimado, produzindo uma redução drástica da complexidade da experiência humana.

Essa exigência de transparência afeta diretamente a educação, convertendo-a em espaço de monitoramento constante. Avaliações padronizadas, rankings institucionais, indicadores de desempenho e políticas de responsabilidade passam a definir o valor do trabalho educativo. A aprendizagem é reduzida a resultados visíveis e comparáveis, enquanto dimensões fundamentais da formação — como o pensamento crítico, o dissenso e a experiência sensível — tornam-se residuais.

A articulação entre performance e transparência encontra respaldo na racionalidade neoliberal, compreendida não apenas como modelo econômico, mas como forma de governo das condutas. Conforme argumenta Foucault (2008), o neoliberalismo produz sujeitos que se autogovernam segundo a lógica do mercado, internalizando critérios de eficiência, concorrência e rentabilidade. O sujeito educativo passa a ser concebido como capital humano, responsável por gerir a si mesmo como empresa.

Nesse horizonte, a educação assume a função de preparar indivíduos capazes de investir continuamente em si mesmos, atualizar competências e adaptar-se às demandas voláteis do mercado. A formação transforma-se em estratégia de valorização individual, enquanto o fracasso é interpretado como falha pessoal, e não como expressão de contradições estruturais. A racionalidade neoliberal, assim, reconfigura profundamente o sentido social e político da educação.

Ao naturalizar a performance e a transparência como valores incontestáveis, essa racionalidade produz um empobrecimento da experiência educativa e da própria vida social. A educação deixa de ser espaço de resistência, criação e pensamento crítico, tornando-se dispositivo de ajuste subjetivo à ordem vigente. Com isso, a pedagogia implícita da performance e da transparência revela-se não apenas como um problema educacional, mas como uma questão ética e política central das sociedades contemporâneas.

Ao naturalizar a performance e a transparência como valores universais e inquestionáveis, a racionalidade neoliberal desloca o eixo da educação do campo da formação crítica para o da produção de subjetividades funcionalmente ajustadas. O que está em jogo não é apenas a reorganização das práticas pedagógicas, mas a constituição de modos específicos de

ser, sentir e agir no mundo. A educação passa a operar como tecnologia de governo das condutas, moldando sujeitos que se autogerenciam segundo critérios de eficiência, visibilidade e rendimento, internalizando normas que já não necessitam de imposição externa.

É nesse ponto que a análise da performance e da transparência exige ser articulada a uma reflexão mais ampla sobre poder, subjetivação e governo das almas. A pedagogia implícita que se consolida no interior das instituições educacionais atua como um dispositivo sutil, que produz sujeitos ativos, responsáveis e permanentemente mobilizados, ao mesmo tempo em que neutraliza possibilidades de resistência crítica. Compreender essa dinâmica implica deslocar o olhar das normas explícitas para os processos silenciosos de subjetivação, nos quais a educação se converte em espaço privilegiado de exercício do poder contemporâneo — questão que será aprofundada na seção seguinte.

### **Subjetivação, poder e pedagogias silenciosas**

A abordagem foucaultiana adotada neste trabalho permite compreender a pedagogia da performance como um dispositivo de poder-saber, produtor de regimes de verdade e formas específicas de subjetividade. Longe de operar por coerção direta, esse dispositivo atua por meio da incitação à liberdade, à autonomia e à escolha, convertendo a autorregulação em mecanismo central de governo das almas. A educação, nesse contexto, constitui-se como espaço estratégico de subjetivação, no qual normas sociais e econômicas são interiorizadas como imperativos éticos pessoais, tornando o poder tanto mais eficaz quanto menos visível.

A partir da perspectiva foucaultiana, a pedagogia implícita da performance pode ser compreendida como um dispositivo de poder-saber, isto é, como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, normas e técnicas que produzem determinados efeitos de verdade e formas de subjetividade. Não se trata de um poder repressivo, que age por interdição ou coerção direta, mas de um poder produtivo, que fabrica sujeitos ajustados a uma racionalidade específica. Nesse sentido, a educação contemporânea opera menos pela disciplina dos corpos e mais pelo governo das almas.

Foucault (1988) demonstra que os processos educativos sempre estiveram intrinsecamente ligados às formas históricas de subjetivação, isto é, aos modos pelos quais os indivíduos são levados a se reconhecer como sujeitos de determinadas práticas, saberes e regimes de verdade. A escola, longe de ser um espaço neutro de transmissão de conhecimentos, constitui-se como instância privilegiada de produção de subjetividades, articulando saberes

pedagógicos, técnicas avaliativas e normas de conduta que definem o que significa aprender, ensinar e ser educável.

No contexto contemporâneo, essa subjetivação pedagógica encontra-se profundamente reconfigurada pela racionalidade neoliberal, que, conforme analisam Dardot e Laval (2016), produz o sujeito como empreendedor de si mesmo. O indivíduo é interpelado a conceber sua vida como um projeto empresarial, devendo investir continuamente em suas competências, gerir seus riscos e maximizar seu valor no mercado. A educação, nesse horizonte, deixa de ser concebida como direito social ou processo de formação humana para tornar-se estratégia de valorização individual.

Essa forma de subjetivação opera por meio da internalização das normas do mercado como critérios de valor pessoal. O sucesso educacional é interpretado como mérito individual, enquanto o fracasso é vivido como insuficiência subjetiva. Tal lógica obscurece as determinações sociais, históricas e estruturais que atravessam os processos educativos, deslocando a responsabilidade das instituições e das políticas públicas para o indivíduo isolado. A subjetivação neoliberal, assim, converte desigualdades sociais em déficits de desempenho.

A pedagogia da performance atua, portanto, como uma pedagogia silenciosa, cuja eficácia reside precisamente em sua invisibilidade. Ela não se impõe como discurso autoritário, mas como evidência natural do funcionamento do mundo. O sujeito acredita estar exercendo sua liberdade quando escolhe performar melhor, expor-se mais ou otimizar-se continuamente, sem perceber que essas escolhas já estão moldadas por um campo normativo previamente estruturado. O poder torna-se tanto mais eficaz quanto menos reconhecido como tal.

Nesse cenário, a educação deixa de ser espaço de problematização crítica do mundo para converter-se em laboratório de otimização subjetiva. Aprende-se a gerir emoções, a construir performances adequadas, a produzir narrativas de sucesso e a manter-se permanentemente disponível. O tempo educativo é capturado pela urgência do resultado, pela lógica do projeto e pela antecipação do futuro, em detrimento da experiência presente, da reflexão e do pensamento crítico.

Essa dinâmica produz uma reconfiguração profunda da relação do sujeito consigo mesmo. A subjetividade passa a ser vivida como tarefa interminável de aprimoramento, marcada por uma sensação crônica de insuficiência. O sujeito nunca é suficientemente competente, produtivo ou visível. Essa instabilidade permanente, longe de ser um efeito colateral, constitui elemento central do dispositivo de poder, pois mantém os indivíduos continuamente mobilizados, engajados e governáveis.

Ao operar nesse registro, a pedagogia implícita da performance e da transparência revela-se como tecnologia sofisticada de governo das condutas, que atravessa a educação sem se apresentar explicitamente como política ou ideologia. Trata-se de uma forma de poder que não se exerce contra a liberdade, mas por meio dela, produzindo sujeitos que consentem com sua própria exploração. Compreender esses processos é condição fundamental para pensar possibilidades de resistência, reapropriação crítica da educação e reinvenção dos modos de subjetivação no campo educativo.

Os processos de subjetivação analisados na seção anterior não se esgotam na produção de identidades ajustadas à racionalidade neoliberal, mas desdobram-se em efeitos concretos sobre a vida psíquica e relacional dos sujeitos educativos. Ao governar as condutas por meio da incitação à autonomia, à visibilidade e à autorresponsabilização, a pedagogia implícita da performance engendra uma forma específica de relação do sujeito consigo mesmo, marcada pela exigência permanente de autossuperação e pela internalização da norma como dever pessoal. Essa forma de subjetivação, ao mesmo tempo em que promete liberdade e reconhecimento, produz uma tensão constante entre expectativas normativas e possibilidades reais de realização.

É precisamente dessa tensão que emerge o sofrimento social contemporâneo, entendido não como expressão de fragilidades individuais, mas como efeito estrutural de dispositivos de poder que capturam a subjetividade como recurso produtivo. Quando a educação se converte em espaço de otimização contínua e exposição permanente, os sujeitos passam a vivenciar o cansaço, a ansiedade e a sensação de insuficiência como experiências privadas, desvinculadas de suas determinações sociais. A análise da exaustão psíquica, portanto, constitui desdobramento necessário da reflexão sobre poder e subjetivação, permitindo evidenciar os custos humanos da pedagogia da performance e da transparência tema que será aprofundado na seção seguinte.

### **Exaustão psíquica e sofrimento social**

O sofrimento psíquico analisado neste artigo é compreendido não como fenômeno individual ou patológico, mas como expressão socialmente produzida de formas contemporâneas de organização do trabalho, da educação e da vida. Inspirada na psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours e na crítica da aceleração social, esta seção parte do pressuposto de que a exaustão, a ansiedade e a sensação de insuficiência constituem efeitos



estruturais de dispositivos que capturam a subjetividade como recurso produtivo. A educação, ao reproduzir a lógica da performance e da visibilidade permanente, torna-se um dos principais vetores de normalização desse sofrimento.

A pedagogia implícita da performance e da transparência produz efeitos que ultrapassam o plano simbólico ou discursivo, incidindo diretamente sobre a constituição psíquica dos sujeitos educativos. A exigência permanente de visibilidade, produtividade e autossuperação converte-se em vetor estruturante de sofrimento social, marcado por estados crônicos de cansaço, ansiedade, depressão e sensação de inadequação. Não se trata de patologias individuais isoladas, mas de efeitos sistemáticos de uma racionalidade que captura a subjetividade como recurso a ser explorado.

Byung-Chul Han descreve esse cenário como próprio da sociedade do cansaço; contudo, é na psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours que se encontram ferramentas analíticas decisivas para compreender a articulação entre organização social, sofrimento psíquico e subjetivação. Para Dejours (2012), o sofrimento emerge quando há um descompasso entre as exigências do trabalho — ou, no caso, da formação — e as possibilidades reais de reconhecimento, cooperação e elaboração subjetiva. A pedagogia da performance intensifica esse descompasso ao individualizar a responsabilidade e corroer os suportes coletivos.

No campo educacional, esse processo manifesta-se na intensificação do trabalho pedagógico, na aceleração dos tempos de aprendizagem e na ampliação das exigências de desempenho, tanto para estudantes quanto para docentes. A lógica avaliativa permanente e a pressão por resultados produzem um ambiente no qual o erro deixa de ser parte constitutiva da aprendizagem e passa a ser vivido como falha moral. O sofrimento, nesse contexto, é frequentemente silenciado ou medicalizado, em vez de politizado.

Dejours demonstra que o sofrimento se torna patogênico quando os sujeitos são privados de espaços de reconhecimento simbólico e de construção coletiva de sentido. A pedagogia da performance, ao estimular a competição e a comparação constantes, fragiliza os laços de solidariedade e impede a elaboração compartilhada das dificuldades. Cada sujeito é convocado a gerir sozinho sua angústia, seu fracasso e seu cansaço, reforçando processos de isolamento e culpabilização.

A contribuição de Hartmut Rosa permite ampliar essa análise ao situar a exaustão psíquica no contexto mais amplo da aceleração social. Segundo Rosa (2019), vivemos em uma sociedade marcada pela intensificação do tempo, pela compressão da experiência e pela exigência permanente de adaptação. A educação, longe de constituir um espaço de

desaceleração e reflexão, passa a reproduzir essa lógica aceleratória, transformando o aprender em corrida incessante por certificados, competências e performances.

Nesse regime de aceleração, a relação do sujeito com o mundo torna-se cada vez mais instrumental e empobrecida. Rosa descreve esse fenômeno como perda de ressonância: o mundo deixa de “responder”, tornando-se objeto de controle e otimização. A pedagogia da performance contribui decisivamente para essa alienação, ao reduzir a experiência educativa à aquisição funcional de habilidades, esvaziando sua dimensão afetiva, ética e existencial

A crítica marxiana oferece um horizonte estrutural para compreender esses processos. Em Marx, a alienação não se limita à esfera do trabalho industrial, mas diz respeito à separação do sujeito em relação ao produto de sua atividade, a si mesmo e aos outros. No contexto educacional contemporâneo, essa alienação manifesta-se quando o sujeito já não reconhece a aprendizagem como experiência de formação humana, mas como investimento estratégico em capital humano. A exploração deixa de incidir apenas sobre a força de trabalho e passa a capturar a própria subjetividade.

Assim, a exaustão psíquica e o sofrimento social não podem ser compreendidos como disfunções individuais ou efeitos colaterais indesejados, mas como elementos constitutivos da pedagogia implícita da performance e da transparência. Ao articular exploração subjetiva, aceleração social e alienação, essa racionalidade produz sujeitos cansados, ansiosos e permanentemente insuficientes, ao mesmo tempo em que mantém intactas as estruturas que geram esse sofrimento. Reconhecer esse nexos é condição fundamental para reinscrever a educação no horizonte da crítica social e da emancipação humana.

A análise da exaustão psíquica e do sofrimento social evidencia que os efeitos da pedagogia implícita da performance e da transparência não se restringem ao adoecimento subjetivo, mas atingem a própria qualidade da experiência humana mediada pela educação. O cansaço crônico, a ansiedade e a sensação de insuficiência não são apenas sintomas psíquicos, mas indicadores de um processo mais amplo de esvaziamento do sentido da formação. A subjetividade exaurida é, simultaneamente, uma subjetividade empobrecida em sua capacidade de estabelecer relações significativas consigo, com os outros e com o mundo.

Nesse sentido, a exaustão psíquica deve ser compreendida como expressão de uma crise mais profunda: a crise da formação enquanto experiência de ampliação existencial, ética e política. Quando a educação se subordina integralmente à lógica da performance, da aceleração e da utilidade imediata, ela perde sua capacidade de produzir experiências de sentido, reflexão e transformação. É a partir desse deslocamento que se torna necessário examinar o

empobrecimento existencial produzido pela racionalidade neoliberal e suas implicações para a noção clássica de formação questão que será desenvolvida na seção seguinte.

### **Empobrecimento existencial e crise da formação**

A noção de empobrecimento existencial mobilizada nesta seção articula a tradição da *Bildung*, a crítica marxista da alienação e a teoria da ressonância de Hartmut Rosa, permitindo compreender a crise contemporânea da formação para além de déficits curriculares ou institucionais. Parte-se do entendimento de que a formação implica uma relação qualitativa com o mundo, marcada por tempo, negatividade e experiência, dimensões sistematicamente corroídas pela racionalidade da performance. O empobrecimento existencial, assim, não constitui um efeito colateral indesejado, mas um resultado coerente da subsunção da educação à lógica da valorização do capital e da aceleração social.

O empobrecimento existencial constitui uma das consequências mais profundas e estruturalmente produzidas pela pedagogia implícita da performance e da transparência. Não se trata apenas de uma redução quantitativa da experiência educativa, mas de uma transformação qualitativa de seu sentido, na qual a formação perde sua densidade simbólica, temporal e ética. A educação, progressivamente capturada pela lógica do rendimento e da utilidade, deixa de operar como espaço de elaboração subjetiva e de mediação crítica com o mundo, convertendo-se em mecanismo de adaptação funcional às exigências da ordem social vigente.

A tradição da *Bildung*, central no pensamento filosófico-pedagógico moderno, oferece um contraponto decisivo para compreender a gravidade desse deslocamento. Em autores como Humboldt, Hegel e, posteriormente, Adorno, a formação é concebida como processo aberto, marcado pela tensão entre sujeito e mundo, pela negatividade da experiência e pelo tempo necessário à reflexão. A *Bildung* não se reduz à aquisição de competências, mas implica a constituição de uma relação crítica com a cultura, a história e a alteridade dimensões radicalmente incompatíveis com a lógica da performance imediata.

A pedagogia da performance, ao subordinar a educação a metas, indicadores e resultados mensuráveis, rompe com esse horizonte formativo e instaura uma temporalidade acelerada, orientada pelo curto prazo e pela antecipação constante do futuro. O tempo da formação, que exige demora, hesitação e conflito, é substituído pelo tempo da produtividade, no qual aprender significa cumprir etapas e alcançar resultados previamente definidos. Nesse

processo, a educação perde sua capacidade de produzir experiências transformadoras e passa a funcionar como circuito fechado de reprodução normativa.

A teoria da aceleração social de Hartmut Rosa permite aprofundar essa crítica ao demonstrar que a formação exige condições específicas de relação com o mundo, que ele denomina ressonância. A ressonância pressupõe abertura, imprevisibilidade e disposição para ser afetado elementos sistematicamente neutralizados pela racionalidade da performance. Quando a educação se organiza em torno da otimização e do controle, o mundo deixa de ser experimentado como interlocutor e passa a ser tratado como objeto a ser dominado, explorado ou instrumentalizado.

Esse bloqueio da ressonância produz um empobrecimento existencial que se manifesta na incapacidade crescente dos sujeitos de estabelecer relações significativas com o conhecimento, com os outros e consigo mesmos. Aprende-se muito, mas experimenta-se pouco; acumula-se informação, mas esvazia-se o sentido. A educação, longe de ampliar o horizonte existencial, passa a intensificar a sensação de alienação e de desconexão, contribuindo para a crise contemporânea de sentido.

A crítica marxista oferece uma chave estrutural para compreender esse empobrecimento como expressão de uma forma ampliada de alienação. No capitalismo contemporâneo, a subsunção da educação à lógica da valorização do capital transforma a formação em investimento estratégico, orientado pela produção de capital humano. O sujeito já não se reconhece no processo educativo como atividade formativa, mas apenas como meio para alcançar fins externos, como empregabilidade, status ou competitividade.

Essa alienação educativa não se limita à relação com o conhecimento, mas atinge a própria experiência coletiva da formação. A pedagogia da performance fragmenta o espaço educativo, estimulando a competição, a comparação e a autoexposição, em detrimento da cooperação, do pensamento comum e da construção compartilhada de sentidos. A educação deixa de ser prática social emancipatória e converte-se em arena de disputas individuais por reconhecimento e sobrevivência simbólica.

Assim, a crise da formação não pode ser compreendida como simples inadequação entre escola e mercado, mas como resultado de um processo histórico de colonização da educação pela racionalidade neoliberal. Recuperar o sentido da formação exige, portanto, uma crítica radical aos pressupostos que sustentam a pedagogia da performance e da transparência, bem como a reinvenção de práticas educativas orientadas pela experiência, pela ressonância e pela emancipação humana.

### **Conclusão: educação, crítica e reinvenção do possível**

A conclusão deste artigo é orientada por uma perspectiva contra-hegemônica que recusa tanto soluções tecnocráticas quanto discursos nostálgicos sobre a educação. Parte-se do pressuposto de que a crítica da pedagogia da performance e da transparência exige a reinscrição da educação no campo da ética, da política e da emancipação humana. Isso implica reconhecer a educação como espaço de disputa simbólica e de produção de subjetividades, no qual a resistência não se dá fora do sistema, mas na reconfiguração dos modos de ensinar, aprender e existir.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a pedagogia implícita da performance e da transparência opera como dispositivo central de governo das subjetividades na educação contemporânea. Ao articular racionalidade neoliberal, tecnologias de poder e processos de subjetivação, essa pedagogia captura o sujeito educativo em uma lógica de exposição contínua, autoexploração e responsabilização individual, produzindo exaustão psíquica, sofrimento social e empobrecimento existencial.

Esses efeitos não devem ser interpretados como disfunções pontuais ou desvios corrigíveis por meio de ajustes técnicos, mas como expressões coerentes de um modelo educativo subordinado à lógica do capital, da aceleração e da utilidade. A educação, nesse horizonte, perde sua potência crítica e formativa, tornando-se instrumento de reprodução ampliada das desigualdades sociais e de legitimação da ordem vigente.

Assumir uma perspectiva verdadeiramente crítica implica recusar a naturalização da performance, da transparência e da otimização como valores universais e incontestáveis. Significa afirmar o direito à opacidade, ao tempo lento, ao erro e à experiência não instrumentalizada como condições fundamentais da formação humana. Trata-se de reinscrever a educação no campo da ética e da política, reconhecendo-a como espaço de disputa simbólica e de produção de outras formas de subjetividade.

Mais do que propor novos modelos pedagógicos ou indicadores alternativos, o desafio colocado é o de reconstruir o sentido da educação como prática emancipatória, capaz de sustentar processos de formação que não se esgotem na adaptação ao presente. Em um contexto marcado pela exaustão generalizada e pelo empobrecimento da experiência, a educação crítica permanece como uma das poucas instâncias capazes de abrir fissuras na racionalidade

dominante e de manter viva a imaginação de futuros não colonizados pela lógica da performance.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978–1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim**. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre educação e cultura**. Tradução de Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora UNESP, 2019. p. 79–108.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ROSA, Hartmut. **Ressonância: uma sociologia da relação com o mundo**. Tradução de André Langer. São Paulo: Editora UNESP, 2019.